



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2021

Processo Licitatório nº: 10.576/2020

Processo de Recurso nº: 29.945/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 054/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 054/2021 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 22 de outubro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 038 de 01/01/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 10.576/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00054/2021. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. Às 14:09:19 do dia 03/11/2021 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 0054/2021;



Comissão de Pregão II

07. Foram registradas três intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

08. A empresa: ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA, apresentou o recurso para o Lote 05 (Grupo 04) em 08/11/2021;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

09. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A impugnante sucintamente alega, que *"que a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, foi declarada apta, habilitada e vencedora do Lote 04 do Pregão Eletrônico nº54/2021, mesmo se encontrando COM SEU DIREITO DE LICITAR SUSPENSO TEMPORARIAMENTE. Verifica-se que, com fulcro no que estabelece o artigo 87, Inciso III da Lei 8.666/1993 foi aplicada SUSPENSÃO DE LICITAR para participação e impedimento de contratar com a administração pública."*

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

10. Requer a RECORRENTE:

a) *"A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;*

b) *"Seja reformada a decisão do Sr. Pregoeiro, que declarou como habilitada e vencedora a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA para o lote 04, conforme motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o descumprimento das normas do edital."*



Comissão de Pregão II

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

11. Não houve manifestação em sede de contrarrazão.

IV. DA ANÁLISE

12. Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

13. Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."



Comissão de Pregão II

14. Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA**

15. Quanto a alegação que *"a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, foi declarada apta, habilitada e vencedora do Lote 04 do Pregão Eletrônico nº54/2021, mesmo se encontrando COM SEU DIREITO DE LICITAR SUSPENSO TEMPORARIAMENTE..."*

O Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2021 em seu Item 08 traz que:

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 Não poderão concorrer neste pregão as sociedades empresariais e empresários que se enquadrem nas seguintes situações:

8.1.1 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02; (grifo nosso).

8.1.2 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art.87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública; (grifo nosso)



Comissão de Pregão II

Ainda no edital, em seu item 16, temos que:

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1 *Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

a) SICAF;

a) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Antes de proceder com a habilitação da empresa recorrida este pregoeiro, em mandamento ao disposto no edital, e atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, procedeu com a devida verificação da condição de habilitação da empresa **PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, onde constava a seguinte informação:



Comissão de Pregão II

Transcrição do documento anexo às fls. 1.912 a 1.913 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.740.696/0001-92 DUNS®: 902299262
Razão Social: PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Impedimento de Licitar no Âmbito:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / 925021-SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS

Além disso também efetuou verificação junto ao site do TCU através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, disponível no endereço (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), que abrange entre outras, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, onde constava a seguinte informação:



Comissão de Pregão II

Transcrição do documento anexo às fls. 1.919 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Suspensão - Lei de Licitações (28/02/2022) - Governo do Estado do Espírito Santo (ES)
Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Tendo em vista que "Constavam Registros", realizamos consulta detalhada no portal do órgão gestor, o CEIS onde verificamos que travava-se do mesmo impedimento aplicado pelo órgão sancionador, informado no SICAF, o Governo do Estado do Espírito Santo.

Transcrição do documento anexo às fls. 1.921 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Detalhar	00.740.696/0001-92	PMH Produtos Medicos Hospitalares Ltda	DF	Governo do Estado do Espírito Santo (ES)	Suspensão - Lei de Licitações	30/08/2021	1



Comissão de Pregão II

Transcrição do documento anexo às fls. 1.922 a 1.923 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção

SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal

ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal

PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Data de início da sanção

30/08/2021

Data de fim da sanção

28/02/2022

Data de publicação da sanção

30/08/2021

Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SEÇÃO 2
PAGINA 23

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

30/08/2021

Número do processo

OF 0938/2020/ PROCESSO 2020-R7HCP

Abrangência definida em decisão judicial

SEM INFORMAÇÃO

Observações

PENALIDADE APLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE EM VIRTUDE INEXECUÇÃO PARCIAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO 0938/2020.

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (ES)

Complemento do órgão sancionador

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

UF do órgão sancionador

ES

Tendo em vista que o edital é cristalino quanto a aplicação da penalidade a qual se refere o inciso III, do artigo 87, da Lei 8666/93, em seu item 8.1.1 quando traz em seu texto, "...Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei 8666/93, **QUANTO** como a informação constante no SICAF que traz expressamente o âmbito do impedimento de licitar como sendo o "ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / 925021-SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS". A empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA foi CONSIDERADA APTA a ser habilitada para Licitação realizada no âmbito do Município de Nova Friburgo.

16. O presente recurso foi encaminhado Procuradoria Geral Municipal, para análise dos aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao entendimento no órgão da



Comissão de Pregão II

aplicabilidade do impedimento de licitar que trata o inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, a fim de subsidiar a decisão, ante o recurso interposto, que exarou parecer jurídico orientativo,

17. A Procuradoria Geral do Município, após relatório inicial, e demais esclarecimentos acerca do recurso interposto, se manifestou que *"salvo melhor juízo, não assiste razão a recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão, pelos fundamentos narrados a seguir."*

18. Traz que, *"Entende o TCU, de forma inequívoca, que a suspensão temporária prevista da Lei de Licitações (art. 87, III), em vez de gerar consequências para toda a Administração Pública, deve ter seus efeitos adstritos somente ao órgão ou entidade que aplicou a sanção. É o que se observa em reiterados acórdãos..."* citando várias decisões em casos similares.

19. Aduz que *"...Como se pode ver, prevalece no âmbito do TCU o entendimento no sentido que as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, Inciso III da Lei 8.666/1993, alcançam apenas o órgão ou a entidade que as aplicaram."*

20. Menciona que, *"...o próprio edital do Pregão eletrônico nº 054/2021 dispõe expressamente que a vedação de participação no certame seria limitada à Administração Municipal Direta e Indireta, em seu item 8.1.1", orientando que "...a recorrida não pode ser considerada inabilitada, eis que a penalidade de suspensão foi aplicada pelo Estado do Espírito Santo (fls; 22/24), não estando suspensa/impedida de participar das licitações no âmbito do Município de Nova Friburgo"*



Comissão de Pregão II

21. Concluindo que *"...por todo o exposto, opina-se pelo desprovemento do recurso, bem como pela remessa do presente à Secretaria Municipal de Saúde para ciência e decisão final."*

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

22. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ENZIPHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 54/2021, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, continuando o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, no Pregão em comento.

23. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 054/2021.

24. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de dezembro de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870